

INTRODUÇÃO

O indigenismo deve deixar os esterótipos sobre o índio e buscar a política indigenista no estudo de cada sociedade indígena.

A sociedade nacional, entretanto, parece não ter lugar para o índio, a não ser entre os obreiros braçais, dos quais já tem excedente.

Em 1907, disse o Cel. Rondon depois do contato com os Nambikwāra: "Eles nos evitam; não nos permitiam uma conferência, em virtude da desconfiança natural que os animavam contra os primeiros invasores de suas terras e profanadores dos seus lares. Quilça nos odiavam também, porque, segundo a sua civilização, nós éramos todos membros dessa tribo guerreira, que tantas desgraças já lhes tinha causado, desde tempos immemoriaes".

A política de "postos" não tem funcionado entre os Nambikwāra, isto porque, o posto não deixa ao índio liberdade política, que tem suma importância entre os Nambikwāra. Estes não admitem que um ser humano tenha o direito de exercer autoridade sobre outro, são igualitários. O cacique manda devido a sua habilidade não por direito.

Os Nambikwāra têm um sistema econômico que garante igualdade econômica e um sistema político que garante igual acesso ao poder, e que os líderes sejam os mais hábeis. No lugar de sua igualdade oferecemos um lugar na classe inferior, e no lugar de sua liberdade, oferecemos subordinação a um chefe de posto.

A população Nambikwāra decresceu em 90% nos últimos 70 anos.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Paul David Price - 05/01/76

Proc. 00153/76

Mem. 01/CPN/76

Antecedentes

Os Nambikwāra moram, tradicionalmente, numa região delimitada, aproximadamente, pelo Rio Guaporé, ao oeste; o Rio Juruema, a leste; as cabeceiras dos Rios Roosevelt e Tenente Marques, ao norte; e a cidade de Vila Bela de Mato Grosso, ao sul. A parte leste desta região é campo cerrado, e a parte oeste é mata. Apesar de vários contatos com a sociedade brasileira desde o início do século XVII, os Nambikwāra só sofreram a invasão esmagadora da sua região nos últimos 70 anos.

Estima-se que, no início do século XX, a população Nambikwāra era entre 5.000 e 10.000. A construção de uma linha telegráfica, iniciada pelo General Rondon em 1907, abriu a parte norte da região à expansão nacional. A segunda onda de invasão se deu a partir de 1960, devido a construção da estrada BR 364. Esta estrada abriu as terras férteis do Vale do Guaporé à exploração por grandes empresas, que entraram na região nos últimos dez anos, empregando milhares de peões, tratores e desfolhantes para desmatar e desenvolver a pecuária o mais rápido possível, sem preocupar-se pela presença dos índios.

A população atual de toda a tribo Nambikwāra é pouco mais de 500 índios.

Propósitos e objetivos

A medida mais importante para garantir a sobrevivência dos Nambikwāra e a criação de Reservas em áreas adequadas e a concentração, por meios suasórios, dos índios nestas Reservas. O Conselho Indigenista tomou um grande passo neste rumo quando recomendou por unanimidade, dia 28/10/75, a criação de uma reserva entre os Rios Galera e Sararé.

Atualmente, encontra-se os Nambikwára morando em 32 lugares diferentes dentro ou perto da região. Devido ao tamanho da região, que passa de 5.000.000 de hectares, assistência através de postos fixos e praticamente a todos os Índios, seria necessário estabelecer mais ou menos 10 postos.

A meta de mais urgência em nossa atuação é melhorar as condições de saúde. Até agora, a população Nambikwára continua decrescendo. A segunda categoria é educação, alfabetização na língua indígena, devido ao fato que a maioria dos Nambikwára ainda falam pouquíssimo português. Mas além desta vantagem, esperamos que a alfabetização na língua Nambikwára levaria os muitos grupos pequenos a uma ciência de que são membros da mesma tribo.

A três áreas de atividade econômica a serem consideradas. Agricultura, pecuária e artesanato.

Na agricultura, o solo é fértil do Vale do Guaporé. Entretanto o grau de aculturação é muito baixo. O problema da pecuária, é semelhante.

Uma das mudanças econômicas mais evidentes que acompanham a aculturação é a importância que assume o artesanato.

### Localização

Tradicionalmente os diferentes grupos Nambikwára habitaram uma extensão de aproximadamente 5.500.000 de hectares, localizados no noroeste de Mato Grosso e parte do Território de Rondônia.

Atualmente retêm consideração como área 25.700 hectares do PI Nambikwára, o milhão de hectares que inclui aproximadamente a Reserva Nambikwára e ao redor de 300.000 hectares na área interdita para fins de atração, entre os rios Sararé e Galeira.

Aspectos Jurídicos e Delimitações

- a. Posto Nambikwãra - Este Posto foi fundado em 1942 uma linha reta e seca, a partir do encruzamento do cõrrego Toloiri com a linha telegráfica, rumo 26°SE, até o rio 12 de Outubro.
- b. Reserva Naombikwãra - criada pelo Decreto nº 63.368, art. 1º parágrafo b, de 08/10/68, e modificada pelo Decreto nº 73.221. A reserva é entre o Rio 12 de Outubro, o Rio Juina, e a estrada BR 364.
- c. Área interditada - esta área foi interditada para atração dos Nambikwãra do Vale do Guaporé, por Decreto nº 74.515, de 05/9/74. Os seus limites são: uma linha reta e seca, a partir da confluência do Ribeirão do Saxão com o Rio Galera, numa extensão de aproximadamente 26Km até atingir o Rio Sararé.
- d. o resto dos Nambikwãra moram em terras particulares tituladas em violação do Art. 198 da Constituição.

Postos Indígenas

PI Nambikwãra ao norte da área o qual atende, os remanescentes das antigas comunidades dos Sabanês, T'awanté, Ia'la kunté, Massacarã, que aogra habitam a beira dos rios Toloiri e Aru eira, o Seringal de Faustino e Marco Rondon

A alimentação tradicional dos Nambikwãra é a base de produtos vegetais, na maioria provenientes da roça e carne, proveniente da caça. Os homens derrubam e queimam as roças e ajudam as mulheres a plantá-las. As mulheres fazem a colheita e preparam a comida.

### Meios de Acesso

A via central de acesso à área Nambikwára é a BR 364 a partir da qual desprendem-se picadas acessíveis a Jeep e camioneta que chegam até algumas aldeias de onde só é possível continuar a pé pelos trilhos dos índios.

Existem campos de pouso para teco-teco, nas aldeias de Serra Azul, Camararé, Mamaindê, Alto Sararé, além da pista de Barraco Queimado e o Aeroporto de Vilhena.

### Clima

A região Nambikwára do Vale do Guaporé se caracteriza por o clima próprio das Florestas Tropicais de Transição, com uma precipitação anual de mais de 2.000mm concentrados no verão e outono.

### Relevo

A área faz parte da chapada dos Parecis com sua superfície suavemente ondulada com uma altitude que varia entre 700 e 900 metros.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Aspectos Naturais

No Vale do Guaporé existem solos profundos e mais ricos em nutrientes minerais.

Os solos da reserva Nambikwára são acinzentados ou avermelhados, sua falta de potencial agrícola é inquestionável, pelo menos sem que haja uma tecnologia sofisticada. As poucas áreas, nas cabeceiras e matas ciliares, onde se poderia exercer uma agricultura de coivara, como a que conhecem os índios, são mal distribuídas e irrisórias.

Na área interdita existe uma complexa combinação de zonas pantanosas e campos, que são melhores do que os da Reserva. O único obstáculo sério a ocupação da área interdita é a infestação pela malária.

Fatores geográficos de distanciamento, isolamento ou aproximação, levaram a uma diferenciação interna da família Nambikwára, quer lingüística, quer social, quer culturalmente. Neste último aspecto, muito contou a maior ou menor possibilidade de contatos com os grupos indígenas que lhe são limítrofes.

A economia Nambikwára é essencialmente agrícola, tendo a caça e a coleta como complementos; nos solos pobres e secos do campo ou savana o cultivo com a tecnologia indígena é inviável, ficando as roças restritas a pequenas faixas de solos melhores.

Nas matas ciliares praticam os Nambikwára, a agricultura de coivara, tendo como base a mandioca.

A disposição linear das terras férteis, ao longo do rio, faz com que seja pequena essa área aproveitável.

Talvez seja por esse motivo que os Nambikwára dos campos são dispersos, cujos bandos se subdividem em várias aldeias; ao passo que os bandos do Vale do Guaporé tendem a possuir

uma só aldeia para cada bando, pois a área cultivável é grande.

Também deve-se considerar as diferenças de ordem lingüística e cultural, e as relações sociais que unem e desunem os vários nucleamentos de população Nambikwãra. Podemos distinguir três grupamentos principais: pela língua, por semelhanças de cultura e por laços sociais e econômicos. São então, o do norte, o do campo e o do Vale do Guaporé, exigem tratamento como unidades separadas, ao se executar a ação indigenista.

### Grupo Indígena

Convencionou-se chamar Nambikwãra a uma série de subgrupos que falam dialetos do mesmo tronco lingüístico, família lingüística Nambikwãra, que se divide em três línguas que são mutuamente compreensíveis. Todos os grupos que compõe essa família têm o mesmo tipo de organização social.

Entre esses grupos, pode se relacionar os seguintes:

- a. do Vale do Guaporé:  
Srarê, Wasussu, Al'antesu, Way'su, Hahayntesu e N'antesũ
- b. da Serra dos Parecis:  
Saw'entesũ, Halotesũ, W'akalitesũ e Kithawlhẽ
- c. da Serra do Norte:  
Niyalhsũ, Siw'ayhsũ e Henkatesũ
- d. Nambikwãra do Norte:  
Mamaindẽ, Nekarattu, T'awentẽ, T'awantẽ e Yalankuntẽ
- e. Sabanẽ
- f. Massacã

A população é de 628 índios.

Sua área tradicional de ocupação era muito maior do que a que ocupa atualmente. Devido às frentes de expansão, refugiaram-se em áreas do Vale do Guaporé e nos cerrados que se estendem ao norte da BR 364.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI = 03 =

Os primeiros grupos Nambikwara foram contata dos a 60 anos, pelo Marechal Rondon.

Os grupos, como os da aldeia Serra Azul, foram contatados na 2a. Guerra Mundial, com a exploração da seringa.

Os do Vale do Guaporé entraram em contato nos últimos dez anos, com a construção da BR 364.

Durante 25 anos, os Índios do Posto Nambikwãra (outrora Pyreneus de Souza) sofreram incrivelmente com o Sr. Afonso de França, encarregado de Posto do antigo SPI. Ele escravizou os Índios, obrigando-os a trabalhar nos seringais.

Muitos morreram por falta de alimentação ne cessária e tratamento médico, eficiente.

Foi nomeado o Sr. Arteu E. Menchen, como novo encarregado do Posto (1973).

#### Assistência Social

##### A - Educação

Por solicitações insistentes dos Índios, foi aberta uma escola de alfabetização na língua Nambikwãra do sul. Funcionou de 21 de julho a 29 de agosto de 75. A motivação permaneceu altíssima durante todo o curso. A escola foi encerrada no início de setembro devido a necessidade dos Índios voltarem às suas aldeias para trabalhar nas roças. Há atualmente 12 Nambikwãra que sabem ler e escrever bem, e 18 que têm alguns conhecimentos do Português.

Outro problema grave, é a questão de terras, pois sempre aconteceram invasões da reserva.

Criar muitas reservas pequenas no Vale do Guauporé é condenar os Índios à morte.



Três tentativas de mudar esses índios (Wasûsû, Alântêsû e Hahaintêsû) fracassaram, pois as mudanças foram feitas bruscamente, sem preparação adequada, não foi respeitado o princípio de equivalência ecológica. Para evitar esse problema, o projeto tem preparado os índios do Vale do Guaporê para uma eventual mudança.

Um grupo de Hahaintêsû continua morando na sede da Fazenda Vale do Guaporê, compreendendo-se seu desejo de morar ali, pois a sede foi construída em cima de sua aldeia tradicional. Entretanto a convivência contínua com os "civilizados" lhes é prejudicial, e por isto determinamos tentar promover seu afastamento do lugar.

#### Assistência Econômica

No Vale do Guaporê, Sílbene de Almeida tem estimulado a agricultura, que tinha sido negligenciada devido a situação de contato.

A aldeia Camararê, tendo esgotado as poucas matas do lugar, decidiu mudar-se para Campos Novos. O solo de Campos Novos é excelente, e os índios estão fazendo sua primeira experiência com arroz. Aldeia Branca também está plantando arroz.

#### Artesanato

Os Nambikwãra do Campo e do Norte já têm costume de trocar artesanato por implementos agrícolas, etc..., entretanto os índios do Vale do Guaporê, somente agora estão aprendendo o sistema de troca.

#### Assistência Médica

Muitos colonos que chegaram incentivados pelo INCRA (75) trouxeram doenças que agora vão se espalhando. A malária também tem custado a vida de muitos índios. No Vale do Guaporê 35 casos de leishmaniose foram diagnosticados.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI = 05 =

Nas malocas da tribo do Sararé que estão fora da área interdita, próximas da Fazenda Sapé, os índios sentem que foram iludidos pelos civilizados deixando a fazenda se estabelecer.

A invasão do complexo madeireiro-pecuário, a extinção da caça, a frente migratória, levariam o índio a procurar nova terra ou perecer. Apesar da malária, a área interdita é a única região possível de uní-los e mantê-los vivos como povo.

Desterrados, torna-se difícil o controle de contatos com civilizados, consumo de bebidas, etc.

Aldeias

Serra Azul - distando 40 Km da BR 364

Branca

Juina

Camararé - dista 80 Km da BR 364

Campos Novos - tem ligação por estrada com a BR 364, donde dista 40 Km

Tirecatinga -- próxima à Missão Anchieta em Utiariti, dista da BR 364 uns 220 Km

Grupos Indígenas

Savientêsu - grupo Nambikwára mais predominante em Serra Azul

Halotêsu - grupo de Aldeia Branca, Juina e Tirecatinga

Kitâwlhu - mais representado em Camararé e Campos Novos

W'akalitesu - mais representado em Tirecatinga

População Indígena

Serra Azul - 4 famílias, com 17 pessoas no total

Aldeia Branca - 4 famílias, com 14 pessoas no total

Aldeia Juina - 9 famílias, com 31 pessoas no total

Camararé e Campos Novos - 19 famílias, com 69 pessoas no total

Atividades Indígenas

Na região de Campos Novos planta-se arroz, milho, mandioca, carã e araruta, pois aí o solo é fértil e as chuvas correspondem com o tempo para tais plantações.

A caça está na dependência quase direta do fornecimento de munição, e esta depende do poder aquisitivo dos índios. A pesca e a caça foram realizadas com melhor proveito na região de Campos Novos.

Bens Móveis

Ferramentas agrícolas: enxada, machado, facão, faca, cavadeira e foice.

Material de enfermagem: apenas o estoque de remédios e um aparelho de injeções.

Invasões

As invasões de terra indígena acontecidas nesta reserva, foram promovidas pela Bamerindus Agro Pastoril S/A - Madeirama S/A.

A Reserva Nambikwãra sofreu invasões por partes de equipes de medições contratadas pela empresa Bamerindus Agro Pastoril S/A, nos limites com o Rio Doze, em área adentro, na região de Campos Novos e até a margem esquerda do Rio Camararé.

O Bamerindus reincidia suas atividades ilegais pela Reserva, agora aquela empresa já não media terras indígenas, mas transitava pela área da Reserva e mais, tentavam com despretenciosos presentes como açúcar, sal, carne (jabã), café, temperar e amenizar a situação, já que por força das atividades que ora exerciam precisavam passar periodicamente pela Reserva.

E houve denúncias contra funcionários do Bamerindus, acusando-os de dar bebidas aos índios e tentar seduzir suas mulheres, que fugiram para o mato.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI = 07 =

Foram, portanto, estas as infrações cometidas:

1. invasão de área indígena.
2. ingresso, trânsito e permanência de pessoas ou grupos cujas atividades e condutas foram nocivas aos Índios e ao processo de assistência aos mesmos.
3. distribuição de bebida alcoólica aos Índios, e tentativa de aproximação de área indígena, decorre de sedução para com as Índias.
4. Tentativa de apropriação de área indígena decorrente da invasão caracterizada por medições e marcos.

As invasões trazem problemas diversos ao meio ambiente Nambikwára, chegando às vezes a desgastar a autoridade local para eventuais iniciativas que por não terem definição, fica impossibilitado de exercer uma fiscalização a contento.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Informações tiradas do livro "Tristes Trópicos" de C. Lévi Strauss  
Livraria Martins Fontes. Portugália Editora.

Tristes Trópicos - Lévi Strauss

- primeiros contatos foi com a expedição chefiada por Rondon.
- desde 1909 os Nambikwãra, que eram nômades, frequentavam intermi<sup>nt</sup>entemente os postos da linha telegráfica.
- em 1925, sete trabalhadores desapareceram ao visitar uma aldeia Nambikwãra, convidados pelos indígenas. A partir desse momento os Nambikwãra e os trabalhadores da linha se evitaram.
- em 1933, uma missão protestante foi atuar na área, provocando um sério incidente.

Um índio febril pediu remédio, sendo dado pe<sup>lo</sup>s missionários aspirina. Após tomar o remédio tomou um banho no rio, provocando uma congestão e sua morte. Os Nambikwãra desconfia<sup>ra</sup>m que o índio tinha sido envenenado. Devido ao ocorrido, a mis<sup>ão</sup> foi massacrada, sendo que, apenas uma mulher sobreviveu.

- sempre houve forte tensão entre os Nambikwãra e os membros da so<sup>ci</sup>iedade envolvente.
- o ano Nambikwãra divide-se em dois períodos distintos. Durante a estação das chuvas, de outubro a março, cada grupo estabelece-se numa eminência, dominando o curso do riacho; os indígenas a<sup>í</sup> cons<sup>tro</sup>em palhatas grosseiros com ramos de palmas; e durante a esta<sup>ção</sup> seca esta aldeia é abandonada e cada grupo se divide em vá<sup>ri</sup>os bandos nômades, passando 7 meses vagando pelo território.
- andam nus.
- grupo sanguíneo "O".
- possuem poucos pertences que cabem dentro da cesta da mulher. (es<sup>po</sup>sa) facilitando a vida nômade.
- o material de ferro, que possuíam, foram doados por Rondon.
- os Nambikwãra não gostam que falem seus nomes (é como algo pessoal).

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI = 02 =

- possuem vários dialetos.
- devido a vida nômade, possuem poucos filhos, existindo vários casais sem filhos. O número de filhos por casais, varia de 1 a 3.
- as mulheres provocam muitos abortos.
- ocorre uma maturidade precoce da mulher em relação ao homem.
- a economia doméstica está dividida em dois polos:

caçadores; jardineiros X colhedores e apanhador  
homem X mulher

As relações entre mulheres e homens reequiparam-se aos dois polos, em torno dos quais se organiza a sua existência: por um lado a vida sedentária, agrícola, baseada na dupla atividade masculina da construção das palhotas e do cultivo da terra, por outro, o período nômade, durante o qual a subsistência é principalmente garantida pela colheita feminina: uma representa a segurança e a euforia alimentar, a outra a aventura e a fome.

- passam rapidamente da cordialidade para a hostilidade.
- anos depois da visita de Lévi Strauss o grupo se encontrava em péssimas condições (visita de Lévi Strauss foi em 1949).
- as missões locais não compreendiam as diferenças culturais.
- as doenças levaram a perda de grande parte do grupo.
- 1915 Rondon calculou o grupo em 20.000 índios, segundo LS seria um tanto exagerada.
- em 1928 o grupo Sabonê era composto de 1.000 e em 1938 por 18 homens com suas mulheres e crianças.
- em 1927 um grupo distante, instalado na região de Três Buriti foi liquidado pela gripe com exceção de 6 ou 7 pessoas encontradas em 1938.
- Tarundê - um dos grupos mais importantes, na época da pesquisa de LS calculados em 2.000.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- Relatório do 1º Ten. Nicolau Bueno Horta Barboza ao Cel. Candido da Silva Rondon.
- Relatório da Inspeção feita de Diamantino a Vilhena e Diário a partir da cabeceira do Tamanduã até Calama no rio Madeira.

página 207: - Índios Nambikwãra desde 1911 se acham em relações com o pessoal do Juruena, Formiga e Juhina.

- soldados e praças:
  - incutir maus hábitos nos Índios
  - tendendo à corrupção
  - causam grandes prejuízos materiais.
- soldados e praças partem do Juhina e do Formiga em visita às aldeias mais próximas denominadas do Urutau com graves inconvenientes para o serviço, mais graves ainda para a civilização dos Índios.
- construção da ponte do Formiga facilitaria bastante a reorganização dos serviços do Juhina.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- Publicação nº 76 - Comissão Rondon - 1948 - TOMO I Glossário Geral das Tribos Silvícolas de MT e outras da Amazônia e do Norte do Brasil.

Lacondê - alto curso do rio Roosevelt, confluência do rio Aripuanã - Grupo da tribo Nambikwára.

Mamaindê - rio Cabixi (alto curso) afluente do rio Guaporé - Grupo da tribo Nambikwára.

Navaitê - cabeceiras do rio Roosevelt, confluência do rio Aripuanã - Grupo da tribo Nambikwára.

Nenê - curso superior do rio Francisco Bueno, afluente do rio Comemoração - Grupo da tribo Nambikwára.

Nambikwára - designação genérica dos grupos indígenas aldeados entre os rios Juruena e Roosevelt (tributários ocidentais).

Sabanê - curso inferior do rio Roosevelt, afluente do rio Aripuanã.

Tagnani - Campos Maria de Molina.

Tamaindê - curso médio do rio Tenente Marques de Souza, afluente do rio Roosevelt.

Tauandê - curso superior do rio Francisco Bueno, afluente do rio Comemoração.

Tauitê - rio Festa da Bandeira, afluente do rio Roosevelt.

Vaindizê - cabeceiras do rio 12 de outubro, afluente do rio Camararê.

Urutundê - curso superior do rio Roosevelt, confluência do rio Aripuanã.



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Relatório de P. David Price - 15/8/77

Grupo arredio que mora a oeste de Vilhena, Ro - objetivo da expedição: reafirmar o contato estabelecido pouco tempo antes com esse grupo arredio.

A. Os Nambikwāra

1. Saúde:

1975 - 1º ano do projeto Nambikwāra

- equilíbrio entre nascimentos e mortes
- taxa de crescimento 1,3% aa (após o projeto)
- população 561 com 184 no Vale do Guaporê, 183 no Campo e 194 (incluindo o grupo novo) no Norte
- 80% dos falecimentos ocorrem na infância. Causas principais: complicações decorrentes de um resfriado comum; doenças respiratórias e malária
- crescimento da população é precário

2. Educação:

- 80 alunos na Escola Nambikwāra do Sul
- 30 alunos na Escola Nambikwāra do Norte (na aldeia Mamaindê) - sobre prejuízos para epidemia de sarampo na aldeia Mamaindê
- 20 índios sabem ler e escrever em sua própria língua com toda facilidade

3. Terras:

a. Invasor: "mineiro" - Ademar Geraldo Pereira César - entra na parte sul da reserva Nelson Moreira alegando ser Editor da Tribuna da Imprensa de Brasília (não existe) e ser dono de 59.000ha. na parte sul da Reserva desde os tempos da falida Gleba Continental. O documento tinha datas velhas escritas com tinta nova Nelson iria se estabelecer nas suas terras e iria dar um prazo para a FUNAI retirar os índios e levá-los para o Norte de Barracão Queimado.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 02 =

Depois de 15 dias seu filho ia entrar para começar a abrir a sua fazenda.

03/07/80 (domingo) - Mineiro diz ao missionário Eduardo que uma grande turma de empregados ia chegar até 3a feira para iniciar a implantação da fazenda.

Delegado da DR manda que saiam da reserva o Mineiro e o filho do Nelson. Índios pintados para guerra.

Sai o filho do Nelson.

Mineiro fica mas concorda em sair. Índios cansados de esperar solução da FUNAI (mais de oito anos).

Mineiro vai embora e leva consigo quase toda a colheita de café. Ainda tentará conseguir indenização da FUNAI. "Mas deve ser levado em conta o valor da colheita de cafê que ele produziu no lugar mais rico da reserva, ao longo de 8 anos. Será que ele tem direito à indenização maior do que isto?

Menos de 9 anos depois de sua criação, quase todos os Nambikwãra do Campo e do Norte já moram dentro da Reserva.

Os Tirecatinga (Índios do Campo) preferem ficar perto da Missão de Utiariti, permanecem fora da Reserva. Uma família já está morando na reserva.

Todos os Nambikwãra do Norte que continuam morando no Seringal de Faustino, mudaram para as terras reservadas. A aceitação da Reserva pelos Nambikwãra do Campo e os Nambikwãra do Norte é relacionada com o fato dela incluir partes das suas terras tradicionais.

B - A Aldeia Nova

- pequena aldeia a oeste de Vilhena - 10 homens e 8 mulheres
- língua Nambikwãra do Norte
- local da aldeia seria nos lotes 34, 35, 44 ou 45 no alto Rio Capivara e não nos lotes 27 ou 37 no Rio Mutuca como aparece no Croqui da Gleba Corumbiara - Setor II
- filiação linguística com Mamaindê (outro dialeto Nambikwãra do Norte)
- Índios do rio Capivara são Nambikwãra do Norte.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI = 03 =

C - Os Aikanã

- são conhecidos por nomes diferentes mas constituem uma tribo só. Provavelmente sob os nomes Maba, Puxacã e Guajeju que ajudaram a expedição de João Leme do Prado em 1769. (Castelnau 1851)
- Rondon: Malotundu (usado paor Nambikwāra) e Coaiã (usado por Kepki riwat) 1916
- Nordenskiöld: Huari, usado por Pauserna (1915)
- Snethlage: Masakã (1937) que é nome pessoal e não de grupo
- Becker-Donner: descobriu que sua auto-denominação tribal é Aikanã (1955)

- nomes pessoais
- Pickering: Mundê (1968)
  - Bontkes: Kasupã (1967)

Atualmente o grupo é conhecido pela população envolvente como Tubarões.

Os vizinhos tradicionais, conhecidos como Araras, moravam no Rio Pimenta Bueno entre Cascata e Vila Pimenta Bueno

- SPI deixou os Aikanã serem escravizados pelos seringalistas
- FUNAI deixou-os à mercê do INCRA

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

0 Projeto Nambikwãra - David Price

- a. Princípios que guiam a atuação do Projeto
- b. Ligeiro esboço da sociedade Nambikwãra
- c. Medidas tomadas pelo Projeto

## O Projeto Nambiquara

P. David Price

O Projeto Nambiquara é um dos projetos especiais patrocinados pela nova administração da FUNAI para testar a eficácia de antropólogos profissionais como coordenadores da atuação indigenista. Efetivamente implantado em abril, a sua presença já começou a sentir-se na região. Apresentamos a seguir os princípios que guiam a atuação do Projeto, um esboço ligeiro da sociedade nambiquara, e as medidas que o Projeto está tomando.

Esclareçamos no começo que o Projeto não se vê como agente da mudança social. O Projeto trata com uma sociedade já sofrendo a agonia de aculturação. Nem pretendemos estimular a aculturação, nem atrasá-la. Acreditamos que não devemos, nem podemos, praticar "engenharia social" nos Nambiquara. Só os próprios índios podem, por um processo de experimentação, decidir o que aceitar e o que rejeitar da sociedade nacional.

Nossa missão é a de proteger uma sociedade indefesa contra outra, poderosa. Acreditamos que os poucos índios no Brasil realmente não prejudicam o desenvolvimento do País, ainda que, as vezes, se choquem com interesses particulares. Acreditamos no poli-etnismo, isto é, que um país pode conter muitas minorias étnicas, quando houver respeito e confiança mútua entre elas. E acreditamos que muitos problemas que os Nambiquara vem sofrendo podem ser evitados se os seus interesses foram bem representados aos órgãos nacionais. Os erros mas lastimáveis da história do indigenismo tem sido cometidos por pessoas bem-intencionadas mas mal-informadas. Esperamos que nosso conhecimento dos Nambiquara e de sua vida, adquirido por pesquisas antropológicas, nos capacite a representar os seus interesses enquanto eles mesmos não aprendam a representá-los.

Somos uma espécie de diplomatas que representam a sociedade Brasileira aos Nambiquera, e a sociedade Nambiquera aos Brasileiros. Também, tentamos reparar os danos causados aos Nambiquera pela expansão nacional, e tentamos negociar tratados que são vantajosas para as duas sociedades.

Os Nambiquera moram no noroeste de Mato Grosso, Localização  
entre a cidade de Vila Bela de Mato Grosso, e Vilhena,  
Rondônia. Habitam uma zona de transição entre o campo ondulante da Chapada dos Parecis e a mata amazônica do Vale do Guaporé. Preferem estabelecer as aldeias no campo, mas fazem roças e caçam na mata. Vivem de milho ou mandioca, produto das roças, e de carne, produto da caça. As mulheres fornecem e preparam as matérias vegetais, e os homens, as matérias animais.

Vivem em aldeias pequenas, muito espalhadas. Os membros da aldeia são unidos pela obrigação de partilhar comida. Cada família extensa tem as suas roças, e geralmente tem um interesse nas roças do cacique. Trabalham nas roças durante as chuvas, e andam no campo, visitando outras aldeias, nas secas. As aldeias são separadas por tensões faccionais, e ligadas por casamentos.

Reconhecem, sem rotular, duas categorias de parentes em gerações contíguas, que denominaremos "consanguíneos" e "afins." Cada homem deve casar com uma afim da sua própria geração. Por serem as aldeias pequenas, geralmente é necessário casar com mulher de outra aldeia. Para preservar o equilíbrio na força de trabalho, preferem fazer dois casamentos recíprocos e simultâneos. Residência após o casamento é de livre escolha, mas geralmente é uxori-local, uma vez que há falta de mulheres devido à mortalidade pós-parto, que dá ao pai da noiva mais poder de barganhar.

De acordo com as coincidências de nascimento e a astúcia com que case os filhos, cada homem tem a possibilidade de tornar-se líder de uma facção. Facções desenvolvem-se em aldeias estabelecidas, mas logo que se sentem bastante fortes fundam suas próprias aldeias. Os líderes de facções não mandam por direito, mas por habilidade. Quando há mais de uma facção na aldeia, o cacique (categoria aparentemente imposto pelos Brasileiros) é o líder da facção mais forte.

Acreditam que a alma é a imagem do outro no olho. Quando uma pessoa morre, esta imagem some. Os restos mortais são enterrados no terreiro da aldeia, e a alma vai morar com os espíritos eternos nos morros altos. Frequentemente, os vivos agradam aos mortos com música e lhes oferecem comida e bebida; os mortos, reciprocamente, visam a saúde e bem-estar dos vivos. Os espíritos eternos ajudam os pajés a curar os doentes.

Os Nambiquara falam três línguas e vários dialetos pertencentes a uma família alófila. Antes da vinda dos Portugueses, houve uma leve aculturação ao modelo das tribos "Tupoides," especialmente entre os grupos mais perto de Rondônia. Entretanto, os Nambiquara parecem orgulhar-se da simplicidade da sua cultura, e riem dos rituais elaborados de outras tribos, e do equipamento complicado que o "civilizado" precisa para sobreviver no mato. Durante mais de 200 anos de contato com a sociedade ocidental, a única coisa que tínhamos a oferecer que o Nambiquara achou imediatamente valiosa foram ferramentas de aço. Das tribos "Tupoides" nem aceitou a rede, achando a areia branca da região perfeitamente adequada para um bom sono.

Depois de 150 anos de esconde-esconde, os Nambiquara começaram a sentir o verdadeiro peso da sociedade nacional no começo deste século, quando Gen. Rondon atravessou o seu território com uma linha telegráfica. Os grupos perto da linha obtiveram implementos de aço, desenvolveram um jargão especial para se comunicar com os telegrafistas e guardas-fio, e morreram rapidamente de novas doenças. A construção do BK-364, há 15 anos, abriu o resto da região à expansão nacional. Estimulados por incentivos fiscais federais, fazendas estão se estabelecendo em todas as terras boas com uma velocidade assustadora. Alguns grupos são relativamente aculturados, falando português e mantendo um forte intercâmbio comercial com a sociedade nacional. Outros grupos tem menos de dez anos de contato, um contato tão brusco que nem sabem ainda o que aconteceu. Tentam continuar as suas vidas tradicionais, enquanto vão sendo dizimados por novas doenças.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Durante quase dois séculos, tentativas de estabelecer postos indígenas entre os Kambiquara sempre fracassaram. O Kambiquara não aceita sacrificar a liberdade política que necessita para continuar o jogo de casamentos e facções, para subordinar-se a um Chefe de Posto. Assim, qualquer programa de assistência deve levar em conta uma multiplicidade de aldeias pequenas. Se o Kambiquara não vier à FUNAI, a FUNAI terá de ir ao Kambiquara.

O Projeto divide a região tradicional dos Kambiquara em três distritos. Cada distrito contém várias aldeias, ligadas entre si por laços sociais, e separadas das aldeias dos outros distritos pela ausência de tais laços. Cada distrito tem um "cônsul" representando a sociedade nacional, formado no último Curso de Indigenismo da FUNAI, e pago como "Chefe de Posto". O Distrito do Norte conta com Marcelo dos Santos, paulista de 23 anos; o Distrito do Campo com Ariovaldo José dos Santos, goiano de 24 anos; e o Distrito do Vale do Guaporé com Sílbene de Almeida, mineiro de Matum, de 29 anos. Os três Jeeps do Projeto permitem que prestem assistência igual a todas as aldeias.

Tentamos reparar os danos causados por nossa sociedade. Os danos maiores são a invasão das terras tradicionais e a transmissão de doenças mortais. Assim, os membros do Projeto ajudam a proteger as terras que são suas por posse imemorial e perante a lei, e tentam combater as novas doenças com que nossa sociedade os presentecou. Esperamos receber a ajuda, dentro de pouco tempo, de um Atendente de Enfermagem para acompanhar cada "Chefe de posto". Entretanto, o meio mais eficaz não é a cura, senão a prevenção, e por isso o Projeto promove vacinações e explica a natureza das doenças contagiosas para que os Kambiquara aprendam a evitar a contaminação. As doenças que padeciam antes do contato com a sociedade nacional, continuam a serem tratadas pela sabedoria antiga dos pajés.

Tentamos negociar tratados entre as duas sociedades, visando vantagens mútuas. Atualmente, as negociações mais importantes têm a ver com limites territoriais e comércio.



Reconhecendo que a população nambiquara decresceu em 90% nos últimos 70 anos, estamos tentando conseguir o reconhecimento de um pedaço de terras menor do que a área tradicional, que seja aceitável pelas duas sociedades. Também, estamos tentando revisar o tratado comercial, que regula a intercâmbio de bens econômicos entre as duas sociedades, que atualmente favorece a sociedade nacional mais do que os Nambiquara.

Finalmente, empreendemos projetos de desenvolvimento solicitados pelos próprios Nambiquara, quando considerados viáveis segundo os critérios da nossa sociedade. Os Nambiquara do Campo pediram uma escola para alfabetização na sua língua, que já está em funcionamento. Os Nambiquara do Norte pediram uma escola para alfabetização em português, que esperamos abrir no ano que vem. Os Nambiquara da aldeia de Camararé expressaram interesse na pecuária e já fizeram uma grande invernada; vamos-lhes fornecer gado e instrução nas técnicas da pecuária logo que for possível.

A longo prazo, nossa intenção é a de garantir aos Nambiquara terras adequadas as suas necessidades, mas não tão grandes que estimulem a inveja entre os vizinhos, e de instruí-los na natureza da sociedade nacional até que consigam defender seus próprios interesses.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

26

Relatório - David Price  
(Coordenador do Projeto Nambikwāra)

Situação indígena dos Nambikwāra nos meses de  
dezembro de 73 a março de 74 - 01/04/74

- a. Cronograma
- b. A FUNAI e os Nambikwāra

## Relatório

### I. Cronograma

20 de dezembro de 1973. Voei de Brasília a Guiné.

21 de dezembro. Apresentei a minha autorização ao Delegado da 5ª BR, Sr. Gerson da Silva Alves, que então escreveu uma carta apresentando-me ao sertanista da Reserva Nambiquara, o Sr. Friedrich Paul Tolksdorf.

24 de dezembro. Voei à aldeia de Camararé no avião do Summer Institute of Linguistics, pilotado pelo Sr. Charles Stacey. Os missionários da South America Mission, Phillip e Ruth Mosher, estavam presentes na aldeia na minha chegada.

27 de dezembro. O missionário da South America Mission, Edwin Pedersen, e a sua família, chegaram para visitar os Mosher.

28 de dezembro. Os Pedersen foram embora.

4 de janeiro de 1974. Chegou Arnaldo Pereira do Exército e cinco companheiros num pick-up Chevrolet do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, Porto Velho, a pesar da Reserva Nambiquara ser fechada a quaisquer pessoas não autorizadas, por ordem do sertanista da reserva. O Sr. Arnaldo era bem conhecido pelos índios, pois já tinha feito várias visitas à aldeia. Ele comprou animais e pássaros mansos e adornos dos índios, pagando com roupa militar e pólvora em grandes grãos. Disse que fez a viagem sob ordem do Coronel Noronha, que queria as coisas dos índios como presentes para os seus superiores.

Segundo os índios, nas visitas anteriores, o Sr. Arnaldo ofereceu-lhes cachaça, e segundo o Sr. Phillip, ele entregou aos índios vários medicamentos, alguns de caráter bem perigoso para quem nem sabe ler os rótulos. Ele também deixou remédios injetáveis com Joãozinho, um índio meio aculturado que mora na entrada da aldeia, a uns 15 quilômetros ao nascente de Barracão Queimado. Este, embora careça de qualquer treinamento médico, está aplicando injeções nos outros índios que passam pela sua moradia, cobrando-lhes artigos no valor de Cr\$15,00 ou Cr\$20,00 por injeção.

12 de janeiro. Sr. Phillip e a sua família saíram da aldeia no seu caminhão para assistir a reunião anual da sua missão, em Cuiabá.

22 de janeiro. Chegou o avião do Summer Institute of Linguistics, pilotado por Charles Stacey, rumo a Porto Velho. O avião se desviou um pouco da rota para me entregar víveres e fim de substituir minhas reservas de comida que os meninos tinham utilizado.

14 de fevereiro. Sr. Phillip e a sua família voltaram de Cuiabá.

12 de março. O avião do Summer Institute of Linguistics, pilotado por Frederick Niehoff, me levou de volta para Cuiabá.

13 de março. Visitei a 5ª PR da FUNAI para dar ciência de minha saída da Reserva.

15 de março. Voei para Brasília.

## II. Pesquisas

Durante a minha permanência na aldeia de Salazarri, morei na garagem do missionário, por falta de casa vazia na aldeia. Assisti a festas e curas, presenciei o ato de tocar as flautas sagradas, e fui às roças. Fiz entrevistas com vários indivíduos sobre a instituição da chechia, a história do contato com os civilizados, a religião, a mitologia, o xamanismo, a música e a fonologia da língua. Dei presentes de miçangas e, raramente, facas e linas, para quem se ajudou muito nestas entrevistas.

## III. A FUNAI e os Nambiquara

1) Descobri que a tribo nambiquara é dividida administrativamente, o P.I. Nambiquara (outroza Pyrenius de Souza) ficando sob a jurisdição da 8ª PR, em Porto Velho, e a Reserva Nambiquara ficando sob a jurisdição da 5ª PR, em Cuiabá. Esta divisão não me parece justificável. Ainda que alguns índios no P.I. Nambiquara falem línguas um pouco diferentes da língua falada na Reserva, tais como Sabanô, Tawantê, Tawentê e Iscondê, as relações entre o

Posto e a Reserva são íntimas. Os índios fazem leituras recíprocas frequentemente, e já há dois casamentos entre mulheres do Posto e homens da aldeia de Camararé. Nestas circunstâncias, sujeitar os índios do Posto a decisões administrativas que são diferentes das decisões administrativas que são aplicáveis nos índios da Reserva pode criar problemas graves. Sugiro que todos os índios nambiquaras devam ficar sob a 5ª DR, em Guibá.

2) Durante 25 anos, os índios do Posto sofreram incrivelmente com o Sr. Afonso de França, encarregado do Posto do S.P.I. Ele escravizou os índios, obrigando-os a trabalhar na extração de latex de seringueira. Morreram muitos por falta de dieta adequada e tratamento médico eficiente. O Sr. Afonso deu um grupo destes escravos ao seu genro, Faustino, que tinha um seringal a 60 km ao noroeste do Posto, num lugar chamado de Cachoeira. Estes ficaram em condições ainda piores (veja o relatório da comissão da Cruz Vermelha Internacional que visitou o lugar em 1970). Outro grupo, fugido do maltratamento de Afonso e seu genro, estão sob o patrocínio de um civilizado em Marcos Bonden. Em junho de 1969, depois de investigar estas circunstâncias para o delegado da 5ª DR, sugeri em relatório oficial:

- a) a demissão de Afonso;
- b) a reunificação destes três grupos;
- c) o abandono da política que obriga os índios do Posto a cuidar do gado que não podem comer;
- d) um melhoramento na acessibilidade do Posto, para facilitar a chegada de ajuda médica e tornar mais visível as ações de futuros encarregados.

Assim, foi com muita satisfação que soube da nomeação do Sr. Artur E. Manchen, treinado no Curso de Indigenismo da FUNAI, como o novo encarregado do Posto. Uma carta que ele escreveu em 11 de fevereiro de 1975 ao seu professor neste curso, Julio Melatti, mostrava claramente a profunda simpatia e alta inteligência com que ele tratava dos problemas do Posto. Falei com os índios do Posto que chegaram em visita a Camararé, e todos mostraram gostar muito do novo en-

carregado. Soube que ele deixou os índios mudar a aldeia do buraco pestilento onde estava para um lugar mais saudável, mais perto de Vilhena. Soube também que os índios de Cachocira e de Marcos Rondon gostaram tanto desta mudança que chegaram e fizeram roças, planejando mudar-se para lá logo que as roças amadurecessem.

Foi com muita surpresa, então, que soube na minha volta a Cuiabá que o Sr. Artur tinha sido transferido para os Xavante, e posteriormente pediu demissão da FUNAI. Tive a sorte de encontrar com ele em Cuiabá, e pedi que me explicasse as circunstâncias. Disse que tudo foi bem até a entrada do novo delegado da Eq. DR, o Cel. Clodomiro Eloise, no começo de setembro do ano passado. Alegou que o delegado criou uma antipatia para com ele, pelo fato dele ter uma relação amorosa com uma enfermeira da equipe médica. Disse que o delegado justificou a sua transferência com as alegações de que ele não cuidou bem ao gado do Posto, de que ele não construiu nada, e de que ele passou tempo demais fora do Posto. Artur explicou-me que, até as roças novas amadurecerem, os índios comiam víveres que ele comprava com dinheiro pago pelos seus artefatos, que ele trazia a Porto Velho para este fim, e que o tempo que ele permanecia em Porto Velho era devido à demora da FUNAI em pagar os artefatos.

Encontrei o Sr. Artur muito amargurado pela sua experiência na FUNAI. Alegou que não só ele, mas várias pessoas da Eq. DR, que tinham uma verdadeira dedicação ao indigenismo, foram desmitidas ou transferidas após a entrada do Cel. Clodomiro como delegado. Atualmente, o Sr. Artur está planejando voltar ao sul do País para continuar a sua carreira em contabilidade. Diz que se tivesse chance, voltaria ao Posto Nambiquara, mas não aceita transferência arbitrária para outro posto.

3) O mapa "Reserva Indígena do Nambikwara e Vale do Guaporé", desenhado por Ivan J. Silva, do Museu do Índio, e mostrando as propostas modificações à Reserva, tem alguns erros:

- a) Não há rio conhecido na região pelo nome "Caraná."  
Nesta área, existem dois córregos que desaguam

no Juina; o mais setentrional passa por um lugar conhecido pelo nome de "Valdeniro", de um seringueiro que morava ali, e é chamado pelos índios ma'ni'ga'ni'. O mais meridional nasce atrás da Fenda do Gaúcho, e é chamado pelos índios ma'ni'ga'ni'.

- b) O Rio Mutum não desagua no Rio 12 de Outubro. O General Rondon deu o nome "Córrego Mutum" num córrego pequeno que entra o Rio Camararé perto do lugar onde a linha telegráfica o atravessou. Hoje em dia, o povo da região, tanto civilizados quanto índios, chamam ao Mutum de "Mutumzinho"; chamam ao Camararé de "Mutum"; e chamam ao Camararezinho (no qual fica a aldeia Camararé) de "Camararé".
- c) Não há índios desconhecidos na parte da Reserva assim marcada; duvido que haja nas cabeceiras do Rio Piolho. A aldeia no extremo norte da Reserva, sim, é que tem índios desconhecidos, provavelmente Tupi.
- d) "Aldeia Crusue" é Marcos Rondon.  
"Aldeia Exana" é o seringal de Faustino, conhecido pelo nome de "Cachoeira."  
Não há aldeia nambiquara no lugar assim marcado, perto da letra "C" no nome do Rio Camararé.  
"Aldeia Pucaná" deve ser "Aldeia de Bacana", aldeia esta que ficou no nascente do Rio Juina, mas que atualmente se acha abandonada, pois o Bacana se mudou para a Serra Azul.  
A aldeia indicada como "Fuxiki" é a casa de Joãozinho, filho de Maximo, já falecido.  
"Necrotem" e "Nagarotu" são variantes do mesmo nome: Nekarotê. Só há uma aldeia, mais ou menos no local indicado como "Aldeia Nagarotu".
- e) "Nambiquara", nome de origem Tupi, e usado no século passado para os Beijo de Pau, foi aplicado aos índios atualmente assim denominados por um engano de General Rondon. Visto que nem é palavra da língua nambiquara, não há a mínima

razão de escrevê-la com "K" e "Y". Sugiro que a FUNAI adapte oficialmente a grafia para "NAMBIQUARA".

4) Uma vez que a FUNAI não tomou as providências pedidas pelo delegado da 5ª DR em 1968, os pequenos grupos de índios no vale do Guaporé estão gravemente ameaçados pelas fazendas que entraram na região. Alguns já deixaram de fazer roças, vivendo do que roubam das fazendas e de comida que recebem em troca das favores sexuais das mulheres. A melhor resolução deste problema provavelmente será o plano, já em vigor, de mudar os índios desta região para a Reserva, embora que não esteja claro se esta política é legal, já que o Estatuto do Índio entrou em vigência em 19 de dezembro do ano passado. Seja como for, o êxito da mudança dependerá da possibilidade destes índios fazerem roças na Reserva. O artigo básico da sua dieta é o milho, que requer terra boa para a sua cultura. Infelizmente, a maioria da Reserva é campo limpo e cerrado, que nem dá mandioca. Os índios galeras mudaram para a Reserva no ano passado e, como o milho que plantaram não deu quase nada, alguns voltaram para o vale do Guaporé. Nestas circunstâncias, não parece muito provável que os outros grupos no Guaporé vão querer mudar para a Reserva. Se mudam, a FUNAI terá que lhes fornecer comida durante um período indeterminado.

Assim, é claramente vantajoso modificar a Reserva para ela incluir mais terra cultivável. Não adianta fazer uma Reserva para os índios, se não é habitável.

5) Está sob estudo na FUNAI um plano de modificar a Reserva Nambiquara, que liberaria um pedaço de terra no sul, e adicionaria um pedaço no norte.

A necessidade de liberar a área no sul é baseada no fato de que duas empresas ficam na região. Estas são e assim chamada "Pensão do Gaúcho" (há tempo, o gaúcho, um tal de Casanova, vendeu a pensão) e a fazenda Montedem. A pensão merece alguma consideração, pois estava ali antes da criação da Reserva. Mas a fazenda não tem direito de ficar, pois começaram a construí-la quando a Reserva já estava



oriada. Visto, entretanto, que a gerência da Fazenda Montedam é organização militar, é provável que a FUNAI não possa tomar as providências justas.

Assim, temos que admitir que a liberação desta desta parte de Reserva é necessária. Mas onde será o novo limite? Não pode ser o "Rio Caraná", visto que tal rio é desconhecido na região. As duas possibilidades são o córrego Uli-  
giqua'ni e o córrego ganciyu'ni. Se for o primeiro, a pen-  
são será claramente incluída na área liberada, mas a Reserva perderá mais um pedaço de mata cultivável que se encontra na beira deste córrego. Uma alternativa melhor seria a seguinte: o limite poderia começar na estrada BR 364, 200 metros a noroeste da pensão, e seguir uma linha seca para o nascente até encontrar com o córrego ganciyu'ni. Dali este córrego poderia ser o limite.

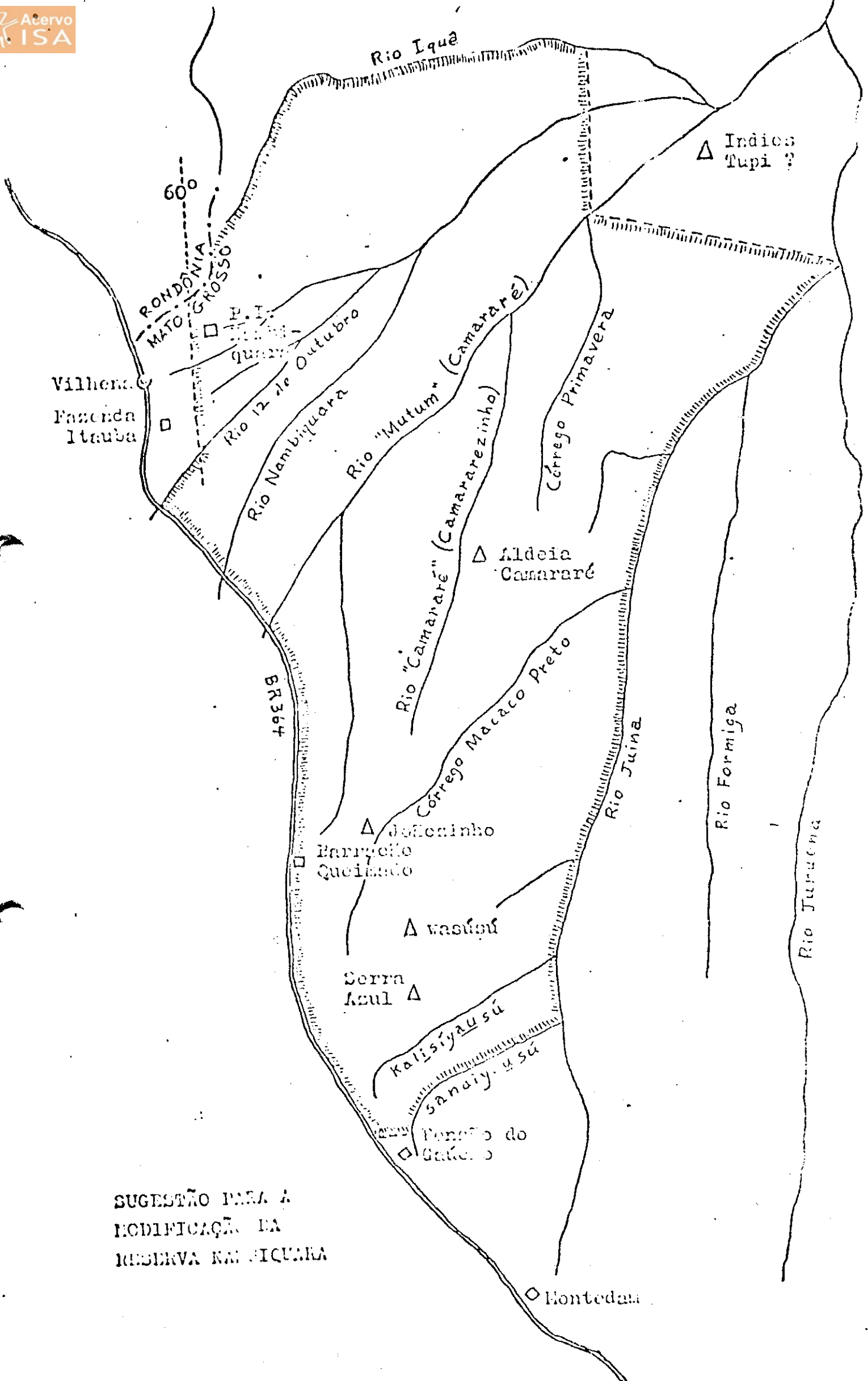
Do norte da Reserva, só se encontra mata que se presta para o cultivo depois de atravessar o Rio Mambiquara. Assim, os índios pedem que a Reserva seja estendida pelo menos até o Rio 12 de Outubro. O melhor seria estendê-la até o Rio Iquã, assim incluindo o Povo Mambiquara e formando uma só unidade administrativa. O problema com isto é que já se encontra a Fazenda Itaipó nesta região. Talvez ainda seja possível se admitir uma linha seca como divisa entre esta fazenda e a Reserva.

Outra coisa que deveria ser levado em consideração no planejamento das modificações da Reserva é o fato de, índios não-mambiquaras, provavelmente Tupi, morarem no norte da Reserva. Mambiquara não gosta de Tupi, pois os Tupi são antropófagos, e já comeria os pais de muitas Mambiquaras. Isto sugere que, para evitar futuros atritos, ou se deve separar da Reserva Mambiquara a região dos Tupi, ou deve mudar os Tupi para o Parque Aripuanã.

Quaisquer que forem as modificações, a nova reserva deve incluir mais terra cultivável. As linhas não devem necessariamente seguir os rios, pois a terra cultivável muitas vezes fica na beira dos rios. Também, é difícil designar rios como limites quando os mapas da região são inadequados, e quando os nomes dos rios que aparecem nos

mapas são diferentes dos nomes usados pelos habitantes da região. Na década passada, a área foi mapeada fotograficamente pela Força Aérea dos Estados Unidos em convênio com o Governo Brasileiro. Se a FUNAI pudesse conseguir o resultado deste mapeamento, poderia muito melhor planejar as modificações na Reserva Narabiquara.

P. David Price



SUGESTÃO PARA A  
MODIFICAÇÃO DA  
RESERVA NATURAL

Montedara

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

36  
20

Projeto Nambikwãra - David Price  
(Coordenador do Projeto Nambikwãra)

Histórico sobre os Nambikwãra - 13/10/75

- a. Grupo Indígena
- b. Localização
- c. Contato

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

de ordem, ao setor  
de Documentação  
C. Paixão  
DEP. 21/3/77

NAMBIKWARA (Histórico)

01. O Grupo Indígena: Convencionou-se chamar Nambikwara a uma série de subgrupos que falam dialetos do mesmo tronco linguístico, conhecido como família linguística Nambikwara, que se divide em, pelo menos, três línguas que são mutuamente compreensíveis. Todos os grupos que compõem esta família, tem o mesmo tipo de organização social, mantendo relações entre si, que diferem das relações com outras tribos.

Entre estes grupos, pode-se relacionar os seguintes:

- a) do Vale do Guaporé:  
Sararé, Wasusu, Al'antesu, Way'su, Hahayntesu e N'antesú;
- b) da Serra dos Parecis:  
Saw'entesú, Halotesú, W'akalitesú e Kithawlhú;
- c) da Serra do Norte:  
Niyalhosú, Siw'ayhsú e Hinkatesú;
- d) Nambikwara do Norte:  
Mamaindê, Nekarattu, T'awenté, T'awanté e Yalankunté;
- e) Sabanê
- f) Massacá

A população atual é de cerca de 628 in  
dios.

02. Localização: Quando de seu contato, o grupo Nambikwara ocupava terras que se estendiam desde o vale do Juruena, ao do Guaporé e desde o rio Comemoração (afluente do Gi-Paraná) ao rio Verde (afluente do Juruena). Sua área tradicional de ocupação era, portanto, muito maior do que a que ocupa atualmente.

Atualmente, face às pressões da expan  
são da sociedade nacional, refugiou-se em áreas do vale do Guaporé e nos cerrados que se estendem ao norte da

BR - 364, em 24 aldeias, espalhadas numa área de 5.000.000 de hectares.

03. Contatos: Os primeiros grupos Nambikwara foram contatados a cerca de 60 anos, pelo Marechal Rondon, durante os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas Mato Grosso - Amazonas (Comissão Rondon).

Outros grupos, como os da aldeia Serra Azul, somente foram contatados efetivamente quando da exploração da seringa, durante a segunda Guerra Mundial.

Os do vale do Guaporé, sofreram durante mais de um século com as incursões de poaieiros (extratores de ipecacuanha), mas entraram efetivamente em contato, nos últimos 10 (dez) anos, após a construção da BR - 364, que possibilitou o início do desenvolvimento regional.

A situação histórica de contato, foi sempre desordenada:

- a) os primeiros estranhos que conheceram foram os escravos do quilombo Aldeia Carlota, no século XVIII, que rapta<sup>va</sup>m as índias para serem suas mulheres;
- b) depois vieram os poaieiros, que permaneciam no mato, às custas de alimentos roubados dos índios;
- c) depois chegaram duas ondas de seringueiros e, ultimamente, milhares de peões trazidos pelas fazendas;
- d) em 1919, o SPI estabeleceu um Posto de Atração em Pontes de Lacerda, posteriormente (em 1921) transferido para a cidade de Mato Grosso; durante mais de dez anos de existência este Posto nunca conseguiu estabelecer contato com os índios;
- e) outro Posto foi fundado em 1925, na faixa da linha telegráfica, perto do córrego Urutan, que foi tão ineficaz que a maioria dos relatórios da década de 1930, já não o mencionam;
- f) em 1942, foi fundado o Posto Indígena Pirineus de Souza, à margem do Córrego Espirro, uma das cabeceiras do rio 12 de Outubro; este Posto chama-se atualmente P.I. Nambikwara;

- g) desde 1943 até 1968 o Chefe deste Posto empregou os índios na extração da borracha, primeiro oficialmente (Convênio SPI/Rubber Development Corporation), depois, por conta própria;
- h) índios deste Posto ainda hoje se encontram trabalhando em regime de semi-escravidão no seringal do Faustino, pertencente ao genro do Chefe do Posto acima mencionados;
- i) em 1968, o Diretor do então Departamento do Patrimônio Indígena da FUNAI, promoveu estudos para a criação de três pequenas Reservas Indígenas no vale do Guaporé, nos territórios tradicionais de fixação dos grupos da quele vale, que, no entanto, não logrou serem aprovadas pela Presidência da FUNAI àquela época;
- j) em 08 de outubro de 1968, foi assinado Decreto nº 63.368, criando a Reserva Indígena Nambikwara, que foi planejada com base em informações tão inadequadas, que chega a mencionar acidentes geográficos (a ponte sobre o rio Juina) não existentes; contém esta Reserva as piores terras de toda a área tradicionalmente ocupada pe los Nambikwara e engloba apenas duas de suas aldeias (Ca mararé e Serra Azul), com um pouco mais de 10% da população Nambikwara, à época do Decreto;
- k) o grosso da população Nambikwara permanecia no vale do Guaporé, já a essa altura quase totalmente ocupado por agro-pecuárias, detentoras de certidões negativas fornecidas pela FUNAI, na gestão de seu primeiro Presidente;
- l) os desmatamentos procedidos pelas agro-pecuárias afuguetaram a caça, alimentação básica daqueles índios, e os privaram da coleta de mel e frutos silvestres, levandó-os a tal situação de subnutrição e miséria, que se levava a temer pela extinção completa daqueles grupos;
- m) numa tentativa de se achar solução para esta situação a FUNAI, promoveu a ampliação da Reserva Indígena, levando o seu limite oeste até o rio 12 de Outubro (Decre to nº 73.221, de 28 de novembro de 1973), ao mesmo tempo em que tentava um trabalho de convencimento junto às

- comunidades indígenas Nambikwara do vale do Guaporé, a fim de transferi-las para dentro da Reserva;
- n) esta operação fracassou depois de quase um ano de tentativas, quando se constatou que dos grupos das três aldeias que haviam aceito a transferência, dois (os Wasusu e os Al'antesu), retornaram aos seus locais de origem, após descobrirem que as terras da Reserva não eram adequadas para o cultivo do milho, alimento básico de sua dieta;
- o) diante de exposto, a FUNAI resolveu revisar a sua política de ação indigenista e contrata um Antropólogo, para estudar e propor soluções para a questão Nambikwara;
- p) simultaneamente, era decretada a interdição de uma área escolhida por um Sertanista da FUNAI no vale do Guaporé (Decreto nº 74.515, de 5 de setembro de 1974), que apresentava condições ecológicas para abrigar os grupos indígenas do vale do Guaporé e que se supunha estar livre do interesse de investidores;
- q) mal foi interditada essa área, começaram a aparecer na FUNAI, advogados representantes de agro-pecuárias que já possuíam interesse na referida área, alguns portando certidões negativas concedidas pela FUNAI;
- r) o Antropólogo iniciou seu trabalho junto aos índios con seguindo levar para a Área Interditada dois pequenos grupos (Hahaintesu e Waisu), para local previamente preparado, onde foram implantadas roças (houve uma colheita de 50 sacas de arroz), mas os grupos permaneceram por pouco tempo neste local pois estranharam e se queixaram que o novo local tinha muita pedra e pouca areia branca, que eles preferem para dormir; Piloto
- s) face a isto, o Piloto da Missão Cristã Brasileira que o ajudou neste trabalho explicou-lhes que toda aquela terra lhes pertencia e que podiam escolher outro local que julgassem melhor, tendo os índios Hahaintesu penetrado mais para dentro da Área Interditada, indo se estabelecer em antiga aldeia abandonada dos índios Sararé, onde



morreram três pessoas (duas mulheres e uma criança) anteriormente;

- t) os Hahaintesu haviam prometido duas mulheres aos Sarará mas, em vista da morte de duas mulheres de seu grupo, não puderam cumprir a promessa, o que provocou desentendimento entre os grupos, levando à intervenção do pessoal da Fazenda Sapé Sarará que transportou os índios Hahaintesu à BR - 364, onde os deixou, tendo estes voltado às suas terras de origem, alguns em caravana de caminhões, outros a pé;
- u) em 15 de abril, o Antropólogo encontrou o grupo Hahaintesu dividido em dois, acampados aproximadamente a 6 Km da BR - 364, a cerca de 1 Km da Pensão do Gaucho, muito gripados, tendo o Antropólogo iniciado providências para atendê-los, mas ao voltar ao local com medicamentos e alimentos, os grupos haviam fugido;
- v) a lição obtida pelo Antropólogo foi a de que não se pode mudar um grupo, sem informações adequadas e que os Hahaintesu não querem mudar-se enquanto a sua região de origem continuar fornecendo boas condições de sobrevivência;
- w) quanto aos Waisu, devido à péssima situação em que se encontravam, foram transferidos para a Área Interditada em janeiro, tendo gostado do novo local que, infelizmente, era infectado de malária o que ocasionou a morte de quatro índios; continuam na área assistidos pela Missão Cristã Brasileira;
- x) um pequeno grupo, que se supõe pertencer aos Waisu, morando próximo à Fazenda Aburana (Sorana), não quis lidar com os outros em janeiro, porém, com as atividades da Fazenda se aproximando da aldeia, é possível que agora concordem em se juntar a seus parentes na Área Interditada;
- y) convém esclarecer que, logo no início da implantação da nova política de ação no vale do Guaporé, a FUNAI (DGPC)

cometeu o erro involuntário de não promover um encontro em Brasília ou em Cuiabá do Antropólogo contratado com o Sertanista que ainda atuava naquela área, seguindo as antigas instruções; este fato, ocasionou equívocos e in-compreensões entre os dois técnicos, no campo, levando-os a radicalizar suas posições e a apresentarem quei-xas, acusações e denúncias mútuas.

(Dados recolhidos de documentos do DGPC)

Anexos: Sugestões do Antropólogo David Price para a questão de terras

Brasília, 13 de outubro de 1975

RAC/hg.

De ordem, ao Arquivo  
da DEP.  
Auffmann  
DEP. 13/10/75